

**ROYALTIES DE PETRÓLEO E O CARNAVAL DE SÃO JOÃO DA BARRA (RJ):
CONTRADIÇÃO ENTRE ABUNDÂNCIA ORÇAMENTÁRIA E POLÍTICAS
CULTURAIS**

Bruno Azevedo da Costa¹

Lilian Sagio Cezar

Resumo

A discussão sobre Políticas Culturais torna-se mais vigente nos meios acadêmicos. O trabalho apresenta um estudo de caso realizado em São João da Barra/RJ, que mantém, como sua maior manifestação cultural, o carnaval. Une-se a este contexto o direcionamento para a festa de verba pública oriunda dos *royalties* de petróleo e participações especiais, já que o município, pertencente à Bacia de Campos, é um dos produtores de petróleo. O recorte temporal desta pesquisa está compreendido entre os anos de 2005 e 2012. Tendo em vista desenvolver uma análise do investimento em cultura no município e seu papel no desenvolvimento social local, buscamos compreender se a aplicação destes recursos pelo poder público local se reverte em políticas culturais, em especial, aquelas voltadas ao carnaval de São João da Barra.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Políticas Culturais. Carnaval. *Royalties* de Petróleo.

Abstract

The discussion on Cultural Policies becomes more effective in academia. The paper presents a case study in São João da Barra / RJ, which maintains as a major cultural event carnival. Joins this context the direction for the party of public funds derived from oil royalties and special participation since the county is oil producer, belonging to the Campos Basin. The time frame of this study is between the years 2005 and 2012. In order to develop an analysis of culture in investment in the city and its role in local social development we seek to understand the application of these resources by local government reverses in cultural policies in particular those related to the carnival of São João da Barra.

Keywords: Social Policies. Cultural Policies. Carnival. Oil Royalties.

¹ Bruno Azevedo da Costa, Mestrando em Políticas Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) – e-mail: brunocostasjb@gmail.com. Lilian Sagio Cezar, Doutora em Antropologia e Professora Associada do Laboratório de Estudos Antrópicos do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) – e-mail: lsagio@hotmail.com.

Apresentação

São João da Barra,² município situado no interior do Estado do Rio de Janeiro e produtor de petróleo, que recebe *royalties* e participações especiais, como compensação exploratória, tem no carnaval sua manifestação cultural de maior proeminência para a população local. Tendo em vista analisar o investimento em cultura, no município, e seu papel no desenvolvimento da comunidade local, buscamos compreender relacionalmente, a partir de um estudo de caso realizado no município, a aplicação de verba pública oriunda dos *royalties* de petróleo pelo poder público local e a possibilidade de reversão deste recurso em políticas culturais, em especial, aquelas voltadas ao carnaval.

O município tem em sua manifestação carnavalesca uma série de características que, ao longo do tempo, foram se mesclando às novas ordens sociais e aos processos globais; conta com um forte carnaval de rua, mas já teve seu carnaval de clube. Hoje, os mascarados, os sujeitos, as marchinhas e as sátiras são escassos, apesar de algumas iniciativas da própria sociedade. Os trios elétricos e a música baiana já fazem parte das atividades correntes da festa. Segundo DaMatta (1997), temos nos grupos de carnaval formas de associação das mais autênticas e espontâneas, formas que não seguem qualquer modelo externo, mas dialogam com as estruturas de relações sociais vigentes.

Dentre as diversas vertentes e setores da política pública em que esses recursos podem ser alocados, estão as voltadas para a promoção da cultura, e investigamos, de forma específica, o carnaval são-joanense, sua promoção e subvenção pelo poder público, compreendendo que essa festa consegue atrair para si parcela considerável dos habitantes do município e grande contingente de famílias de veranistas, que se instalam nos bairros residenciais contíguos às praias, para desfrutar o clima de verão e a festa que se instala na cidade. Apesar do caráter polissêmico guardado pelas mais diferentes festas (CEZAR, 2012), o carnaval tem como princípio norteador permitir que seus participantes narrem suas próprias histórias, as histórias de suas famílias, a partir dessa manifestação cultural.

Como aborda Cavalcanti (2006), o carnaval também permite que diferentes atores sociais ganhem centralidade e notoriedade, como é o caso dos artistas, ferreiros, carpinteiros, mecânicos, escultores, costureiros, aderecistas e bordadeiras, que produzem coletivamente a festa. No caso específico do carnaval são-joanense, o espetáculo é realizado pela população local, que desfila suas fantasias, adereços e carros alegóricos confeccionados durante o ano anterior, além de utilizarem a rua para demonstrar seu pertencimento em relação à festa.

² Município com população de 32.747 habitantes (IBGE, 2014), localizado na Região Norte Fluminense.

Assim, o recorte temporal desta pesquisa para análise do direcionamento de recursos públicos dos *royalties* de petróleo no carnaval são-joanense está compreendido entre os anos de 2005 e 2012, período de grande arrecadação orçamentária, a partir da compensação pela exploração petrolífera. Cabe informar que estes oito anos de análise compreendem os dois mandatos da ex-prefeita Carla Machado.

O fato do pesquisador ter boa interação entre setores do poder público, grupos e manifestações carnavalescas, facilitou o trabalho em determinado ponto. Nascido e criado em São João da Barra e desde pequeno participando do carnaval, vestindo dominó confeccionado por minha mãe, que é costureira, teve o projeto final do curso de graduação em Jornalismo focado no carnaval, na linha de pesquisa da folkcomunicação (COSTA, 2011).

O envolvimento do pesquisador com a festa aprofunda-se mais, já que, durante a gestão estudada, foi diretor de Jornalismo e gerente de Comunicação da Prefeitura, sendo o responsável pelas matérias jornalísticas do carnaval. Também criou o Concurso de Marchinhas Carnavalescas de São João da Barra, que aconteceu em 2011, 2012 e 2013, e o Fórum do Carnaval, grupo criado nas redes sociais com o intuito de debater a festa, suas transformações e perspectivas. Esta inserção profunda no carnaval são-joanense lhe dá um olhar etnográfico sobre toda esta movimentação e o delineamento carnavalesco.

A importante relação histórica entre o povo são-joanense e seu carnaval, traduzindo-se na maior manifestação cultural do município, nos levou a investigar como o poder público local direciona a verba pública para promover a cultura e a inserção social, em se tratando do carnaval, o que nos levou às seguintes questões de pesquisa: a verba pública aplicada no carnaval de São João da Barra reverte-se efetivamente em Políticas Culturais? A aplicação destes recursos no carnaval tem obtido que tipo de retorno para as comunidades locais?

De acordo com as questões esplanadas, o trabalho tem como objetivo geral examinar o carnaval de São João da Barra e seu desenvolvimento como maior manifestação cultural do município, analisando o papel do poder público, enquanto incentivador cultural e agente de financiamento. Assim, verificaremos como esta correlação contribui para aspectos socioculturais dos atores locais.

De forma mais particularizada, os objetivos específicos tendem a contribuir para o enriquecimento da proposta geral. Nesta pesquisa, tais objetivos foram aplicados para nos aprofundarmos nas conseqüentes conjunturas: Estudar o processo de financiamento da festa pela Prefeitura Municipal e entender onde efetivamente há política cultural; Comparar visões da sociedade, de entidades carnavalescas e gestores públicos; Analisar o carnaval, nos

âmbitos sociocultural, turístico e econômico. Este artigo vai focalizar a questão orçamentária como contrapartida da possibilidade de efetivação de políticas culturais.

Perfil histórico, verba pública e ações culturais

O carnaval de São João da Barra desfrutou do entrudo, dos bailes de máscaras, das brincadeiras de rua, formatando sua identidade que, ao longo do tempo, sofreu transformações e influências de características religiosas, jurídicas e morais, na esfera política e familiar, além das questões econômicas. Os primeiros registros conhecidos do carnaval são-joanense abordam, como principal brincadeira, o entrudo, conforme publicação do jornal Parahybano, de 7 de fevereiro de 1868. “Para o Entrudo – cera em pão, verdete, óleo essencial de alfazema. Vende-se na casa do Moraes”.

Segundo publicação do Diário da Manhã (1910), São João da Barra teve uma efervescência de cordões carnavalescos, como o bloco dos “Periquitos”, fundado em 1908, além do bloco “Conchas” e “Caçadores”, ambos fundados por volta de 1910. O aparecimento de novos blocos no carnaval são-joanenses era rotineiro. Surgiriam, ainda, nas duas primeiras décadas do século XX, os blocos “Saldanha”, “Sempre-Vivas”, Magnólias, “Marujos”, “Coração da Morena” e “Os Velhacos”.

É neste período também que se tem a primeira notícia de apoio financeiro do poder público local para a manifestação carnavalesca são-joanense, por meio de uma portaria expedida pela Câmara Municipal, conforme relata o jornal *O Luctador* (1918): “Ao procurador da Câmara Municipal dar ao rancho ‘Cruzador Saldanha’, a título de auxílio as festas carnavalescas, a quantia de 30\$000. Secretaria da Câmara Municipal de São João da Barra, 31 de janeiro de 1918. Manoel José da Silva Braga, oficial da secretaria”.

A década de 1930 marcou profundamente a história do carnaval de São João da Barra. Neste período, surgem os blocos Congos³ e O Chinês,⁴ que trouxeram, ao longo dos tempos e até a contemporaneidade, uma rivalidade histórica e a responsabilidade pela beleza dos desfiles do carnaval são-joanense, em função da riqueza de suas fantasias, de seus grandiosos carros alegóricos, de seus assistas e bateria, das marchas-rancho e,

³ O bloco Congos surge no ano de 1932. Um grupo de amigos pinta o corpo com carvão e usa palhão, na cintura e nas canelas. A mãe de um deles fala: “estão parecendo congos”, numa alusão ao país africano, mas também numa concepção indígena. As cores do bloco são preto e vermelho, e, o símbolo, um índio com cavalos.

⁴ Surge em 1933, um folião desfila com a fantasia de um chinês. Um grupo de amigos demonstra curiosidade: “Olha o chinês, o chinês”. As cores utilizadas pelo bloco são o verde e o amarelo e, o símbolo, em princípio, era um dragão, mas, posteriormente, passou a ser um leão, ambos pertencentes à cultura chinesa.

posteriormente, sambas, dos destaques que os compõem e da animação de seus torcedores, alguns, inclusive, levados à raia da empolgação e da paixão. Nesta mesma década, surge o “Indianos”, que desfilou pela “primeira vez com sol a pino, num dia de calor, animado talvez com algumas doses de conhaque, onde todo mundo estava pintado de preto, palhões na cabeça, na cintura, nas pernas, em toda parte” (PINTO, 1977).

Passado o tempo, mais precisamente na década de 1970, há profundas mudanças no carnaval de São João da Barra. Surge a primeira agremiação com estilo de escola de samba, o Tamborim de Ouro, e é criado, por Nico Natália, o bloco União das Flores, que utilizava papel crepom nas fantasias. É também nesta década que surge o Concurso de Máscaras promovido pelo jornal *Folha Nova* e que, atualmente, é de responsabilidade do setor cultural da Prefeitura Municipal de São João da Barra, além da ornamentação, em formato de arco, na Avenida Joaquim Thomaz de Aquino Filho, local dos desfiles.

Mas a modificação mais profunda e que mexeu na formatação cultural do carnaval da cidade foi a migração dos blocos Congos e Chinês, de rancho, para escola de samba. Os chineses deram o pontapé inicial, em 1976, lançando o samba “Uma rosa com amor”. No ano seguinte (1977), o Congos também levou para a avenida o samba.

Com a chegada da década de 1980, outras transformações fizeram parte da folia são-joanense e a intervenção do poder público local deu-se de forma mais concisa: implantação de arquibancada – gratuita – com 1.200 lugares, organização dos desfiles, inclusive conseguindo “congraçamento de Congos e Chinês” (TRIBUNA SANJOANENSE, 1980) e recapeamento asfáltico da avenida principal – Joaquim Thomaz de Aquino Filho.

Em 1987, foi fundada a escola de samba “Unidos da Chatuba”, que desfila até hoje às segundas-feiras de carnaval. O nome da agremiação faz alusão ao bairro em que foi criada, bem próximo ao centro da cidade. Já no último ano da década de 1980, um fator foi preponderante para análise do carnaval dos dias atuais. É criado, por Etinho, Zé Rosa e João Anísio, em 1989, o bloco Jiripoca, num perfil do carnaval da Bahia, que foi se aprimorando, com trio elétrico e música baiana.

A partir dos anos de 1990, já temos um olhar mais presencial e apurado sobre as transformações da festa, o carnaval de rua parece sofrer um esvaziamento, assim como o carnaval de clube, que deixa de existir, mas podemos dizer que novamente estava sofrendo um processo de ressignificação e transformações. É neste período que São João da Barra perde dois terços de seu território, com a emancipação do seu antigo “sertão”, onde hoje está o município de São Francisco de Itabapoana, mas, ao mesmo tempo, há o aumento na

arrecadação, com os *royalties* de petróleo – o município deixa de ser limítrofe e passa a ser considerado produtor.

O novo século traz a força da indústria cultural e do mercado. O município aumenta sua arrecadação, a partir dos *royalties* de petróleo, com o aumento da produção. Na estrutura cultural do carnaval, surge uma novidade, uma escola de samba fora dos limites do centro da cidade. Em 2001, é criada a Trinca de Ouro, que desfila em Barcelos.⁵

Quando analisamos as programações de carnaval dos últimos anos, observamos que, a partir de 2005, houve uma explosão de blocos de abadás,⁶ que vêm a se tornar, para os seus promotores, uma forma de benefício financeiro, já que o poder público custeia trio elétrico e, muitas vezes, bandas e DJs, que introduziram de forma direta o carnaval baiano em solo são-joanense. Os proprietários dos blocos de abadás buscam patrocínios, que podiam ser visualizados nas camisetas que são vendidas aos foliões.

Assim como em outras cidades do Brasil, o carnaval são-joanense sofreu profundas transformações, principalmente a partir da introdução de trios e do emprego de estratégias mercadológicas de venda de ingressos, em forma de abadás, para permitir o acesso ao espaço do bloco, na avenida. “Num processo contínuo, iniciado a partir dos anos de 1980, as festas carnavalescas brasileiras seguiram a trilha aberta pela folia à baiana e passariam a buscar uma organização mais empresarial para valorizar seus eventos” (FERREIRA, 2004, p. 392). O carnaval da contemporaneidade sofre um processo de conflitos. Os defensores dos antigos carnavais demonstram insatisfação com este novo perfil da festa, a chamada “baianização”, e buscam algumas alternativas, como a criação do Bloco dos Mascarados e o próprio concurso de marchinhas.

No cenário apontado, identificamos que, atualmente, os recursos financeiros utilizados no carnaval de São João da Barra são oriundos dos *royalties*⁷ de petróleo⁸ e

⁵ Sexto distrito de São João da Barra.

⁶ Camisolão bem folgado e comprido, de cores vivas e bastante enfeitado ou decorado, usado por foliões em blocos de carnaval; mortalha. Vestimenta que imita trajes característicos ou de época usada principalmente no período do carnaval.

⁷ Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), *royalties* constituem compensação financeira devida pelos concessionários, paga mensalmente, com relação a cada campo, a partir do mês em que ocorrer a respectiva data de início da produção, sendo distribuída entre Estados, municípios, Comando da Marinha do Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia e um Fundo Especial, administrado pelo Ministério da Fazenda.

⁸ A Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, instituiu, para os Estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. O pagamento dos *royalties* foi estabelecido pela Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953, documento que criou a Petrobras, no governo Vargas.

participações especiais.⁹ Com a implantação da Lei do Petróleo,¹⁰ nas últimas duas décadas, houve um pujante crescimento das receitas provenientes dos *royalties* do petróleo, recebidas pelos Estados e municípios brasileiros. São João da Barra que, em novembro de 1998, recebia R\$ 34.165,35 saltou para mais de R\$ 233 milhões, em 2012, entre *royalties* do petróleo e participações especiais.

De acordo com o Boletim Inforoyalties,¹¹ gerido pela Universidade Cândido Mendes de Campos dos Goytacazes, no período de 2005 a 2012, São João da Barra teve injetado em seus cofres a quantia de quase R\$ 1,2 bilhão destas compensações.

Comparativo do percentual de dependência de São João da Barra de recursos dos <i>royalties</i> e Participações Especiais				
Ano	LOA	Arrecadação	<i>Royalties</i> + Participações Especiais	Percentual de dependência
2005	R\$ 79.200.000,00	R\$ 72.960.413,25	R\$ 44.611.137,74	61,14%
2006	R\$ 89.700.000,00	R\$ 85.870.536,98	R\$ 54.963.765,14	64%
2007	R\$ 129.355.396,00	R\$ 89.634.052,53	R\$ 45.948.760,90	51,26%
2008	R\$ 132.769.295,00	R\$ 198.382.112,20	R\$ 161.427.752,79	81,37%
2009	R\$ 301.319.900,00	R\$ 216.305.348,53	R\$ 168.329.125,44	77,82%
2010	R\$ 368.946.891,01	R\$ 273.414.393,19	R\$ 203.028.163,85	74,25%
2011	R\$ 384.554.300,00	R\$ 339.231.831,68	R\$ 251.512.931,02	74,14%
2012	R\$ 401.647.000,00	R\$ 356.929.407,23	R\$ 233.262.154,92	65,35%

Quadro 1 – Comparativo do percentual de dependência de São João da Barra dos recursos dos *royalties*
 Fonte: TCE/RJ; Câmara Municipal de São João da Barra; Inforoyalties (Ucam); Compara Brasil; Elaboração Própria.

Ao observar o Quadro 1. notamos o grau de dependência do orçamento de São João da Barra dos *royalties* do petróleo e participações especiais, chegando a ser responsável por 81,37% do valor orçamentário, no ano de 2008. Assim, ao analisar o Demonstrativo de Despesa da Prefeitura Municipal de São João da Barra, entre 2005 e 2012, pudemos confirmar

⁹ Já a Participação Especial (PE), instituída pelo Decreto nº 2.705 de 3/8/1998, é a compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade. O documento relata que a PE é distribuída da seguinte forma: 40% para o Ministério de Minas e Energia, 10% para o Ministério do Meio Ambiente, 40% aos Estados e 10% aos municípios com produção em terra ou confrontantes com a plataforma continental onde se realiza a produção.

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

¹¹ Disponível em: <<http://inforoyalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

que todo o financiamento do carnaval com verba pública é oriundo da Fonte de Recursos 04 – *royalties* do petróleo e participações especiais. Inclusive, um fator preponderante a ser mencionado é que coube à Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer custear praticamente toda esta estrutura carnavalesca. Associado a este levantamento financeiro, era preciso identificar se esta alocação de verba pública, no carnaval, se revertia em Políticas Culturais, a partir do conceito de Canclini:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad. (2001, p. 65)¹²

As políticas culturais do Estado brasileiro sofreram (e sofrem) diversas críticas devido aos obstáculos pelos quais passaram e ainda se presencia. Rubim (2007) enumera expressões como autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, paradoxos, desatenção, impasses, dentre outros, para traçar um panorama desta trajetória que, segundo sua análise, ainda necessita de investigações sobre o tema que, segundo Chauí (2006) se expõe, por dicotomia, entre privilégios e carências.

Já Lia Calabre (2007) argumenta que a elaboração de políticas deve ter a percepção de que cultura é um bem coletivo e suas práticas englobam diversas áreas governamentais. Mesmo assim, “a ação na área da cultura tem sido frequentemente vista através de uma visão limitada ao acontecimento episódico, ao evento, inclusive por muitos dos gestores da área pública” (CALABRE, 2007, p. 100), como também identificado por Chauí (2006), que vislumbrou a necessidade de planejamento, diretrizes e avaliação de resultados para a efetividade dos projetos culturais, além do desafio de se estruturarem projetos que não sejam esfacelados, a cada nova administração, “gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e de trabalho” (CALABRE, 2007, p. 100).

De acordo com os dados obtidos e considerando os processos do carnaval de São João da Barra, investigando o Plano de Governo da gestão estudada, que é analisado pela ótica conceitual de Políticas Culturais definida por Canclini (2001) e ratificada por Calabre

¹² Estudos recentes tendem a incluir no âmbito deste conceito o conjunto de intervenções por parte do Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas esta maneira de caracterizar o domínio das políticas culturais precisa ser ampliado, tendo em conta a natureza transnacional de hoje processos materiais simbólico e materiais na atualidade. (tradução nossa)

(2007), notamos que não há políticas culturais implementadas no carnaval de São João da Barra e, sim, ações pontuais de cultura, que identificamos como sendo as subvenções para as escolas de samba, o Concurso de Máscaras e Dominós, a ornamentação artesanal da avenida e a contratação de bandinhas locais de carnaval.

No que tange à subvenção, as agremiações carnavalescas e o poder público municipal não souberam informar o ano em que passou a ser implementada, como incentivo para as escolas de samba. Muitos criticam que, a partir daí, se perdeu a espontaneidade do carnaval das escolas de samba, feito por “amor” e gratuito, mudando para um perfil, mais profissional e remunerado.

Repasse de subvenção para escolas de samba (2005 a 2012)					
Ano	Escolas de Samba				Total
	Congos	Chinês	U. Chatuba	Trinca de Ouro	
2005	R\$100.000,00	R\$100.000,00	R\$70.000,00	R\$40.000,00	R\$310.000,00
2006	R\$100.000,00	R\$100.000,00	R\$70.000,00	R\$40.000,00	R\$310.000,00
2007	R\$100.000,00	R\$100.000,00	R\$70.000,00	R\$40.000,00	R\$310.000,00
2008	R\$100.000,00	R\$100.000,00	R\$70.000,00	R\$40.000,00	R\$310.000,00
2009	R\$100.000,00	R\$100.000,00	R\$70.000,00	R\$40.000,00	R\$310.000,00
2010	R\$150.000,00	R\$150.000,00	R\$113.000,00	R\$60.000,00	R\$473.000,00
2011	R\$150.000,00	R\$150.000,00	R\$113.000,00	R\$60.000,00	R\$473.000,00
2012	R\$234.000,00	R\$234.000,00	R\$163.800,00	R\$60.000,00	R\$691.800,00
Total Geral					R\$ 3.187,800,00

Tabela 1 – Valores das subvenções das quatro escolas de samba do município de São João da Barra (2005 a 2012)

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda; Arquivos das escolas de samba. Elaboração própria.

O repasse da subvenção tem um valor superior para Congos e Chinês, devido a um maior carnaval apresentando suas alegorias, fantasias de luxo e o quantitativo de componentes na escola, além da tradição que trazem, em sua história, desde a década de 1930. Outra questão observada diz respeito à estagnação dos valores da subvenção, que aumentaram substancialmente em anos de eleição municipal. Apesar de não constar na Tabela 1, investigamos o repasse em relação a Congos e Chinês, em 2003, cujo valor girava em torno de R\$ 34 mil e foi atualizado para R\$ 100 mil, em 2004, ano de pleito eleitoral, praticamente triplicando o valor. O fato se repetiu em 2012, ano eleitoral. Com aumento de 56%, o valor da subvenção saltou de R\$150 mil para R\$ 234 mil.

Em se tratando do Concurso de Dominós, a idealizadora Estella Lobato, em entrevista¹³ para esta pesquisa, informou que o projeto foi criado no final dos anos de 1970 e promovido pelo jornal *Folha Nova*, de propriedade de sua avó. Os recursos eram obtidos do comércio local, da Thoquino (grupo de bebidas com sede no município) e uma parcela em dinheiro subsidiada pelo poder público. O Concurso premiava diversas categorias, como luxo, originalidade – individual, em grupo e infantil. Segundo Estella Lobato, a organização do evento e o julgamento do concurso eram feitos de uma forma que não se identificassem os mascarados. A Prefeitura custeava diretamente o concurso:

Não havia inscrição prévia. Os mascarados não eram identificados (respeitando a tradição) e todos se reuniam em frente ao palanque onde desfilavam suas fantasias que eram julgadas por uma comissão escolhida na hora, formada por pessoas da nossa sociedade que estivessem na avenida (professores, músicos, artistas etc.). Não havia nenhuma burocracia nem impedimento legal para que o dinheiro saísse em nome da Folha Nova, para o evento. Não tenho ideia de como era a tramitação do processo na respectiva secretaria.

Em 1997, por posicionamento político contrário ao do prefeito eleito Betinho Dauaire, Estella Lobato deixou de realizar o Concurso, e exigiu a troca de seu nome, passando a se chamar Concurso de Máscaras e Dominós. O poder público municipal passou a assumir a responsabilidade pela promoção do evento até os dias atuais.

Premiação do Concurso de Máscaras e Dominós (2005 a 2012)	
Ano	Valores
2005	R\$ 8.000,00
2006	R\$ 9.700,00
2007	R\$ 10.000,00
2008	R\$ 6.900,00
2009	R\$ 10.900,00
2010	R\$ 10.900,00
2011	R\$ 10.900,00
2012	R\$ 12.000,00
Total	R\$ 79.300,00

Tabela 2 – Valores da premiação do Concurso de Máscaras e Dominós (2005 a 2012)
Fonte: Jornal Quotidiano; Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Maria Eni Amaral – organizadora do concurso em 2006, 2007, 2008, 2010 e 2011. Elaboração própria.

¹³ Entrevista concedida no dia 16 de outubro de 2014.

Conforme observamos, o Concurso de Máscaras e Dominós foi a ação cultural carnavalesca mais desprestigiada pela municipalidade, neste período. Em 2005, a premiação era de R\$ 8 mil e, em 2012, passou para apenas R\$ 12 mil. Talvez esta seja a manifestação de carnaval em que realmente haja capital social, noção de participação, pertencimento e empoderamento da festa (PUTNAM, 1996), já que este prêmio é dividido em diversas categorias e, muitas vezes, a premiação sequer paga o valor gasto na confecção da fantasia.

Já a ornamentação da Avenida Joaquim Thomaz de Aquino Filho tornou-se um atrativo a mais do carnaval de São João da Barra. Confeccionada por artistas locais, carpinteiros, pintores e outros profissionais, a ornamentação começou de forma modesta, com um único portal. Desde aquela época, era o poder público municipal quem custeava a compra do material e o serviço era realizado pelos próprios funcionários da Prefeitura, mas, com os recursos dos royalties, o serviço foi terceirizado.

Valor da ornamentação artesanal de carnaval na avenida do samba (2005 a 2012)	
Ano	Valores
2005	R\$ 138.000,00
2006	R\$ 120.000,00
2007	Treliça
2008	Treliça
2009	Treliça
2010	Treliça
2011	R\$ 160.000,00
2012	R\$ 178.000,00
Total	R\$ 596.000,00

Tabela 3 – Valores da ornamentação artesanal de carnaval de 2005 a 2012
 Fonte: Secretaria Municipal de Turismo; Empresários terceirizados; Elaboração própria.

Nos dois primeiros anos da gestão da ex-prefeita Carla Machado, foi valorizado o trabalho artesanal de ornamentação de carnaval, mas posteriormente (2007 a 2010) houve preferência pela utilização de peças de montagem de aço, conhecidas como treliça. Nos anos de 2011 e 2012, houve uma mesclagem de trabalho artesanal e treliças. Ressalto que os valores expostos na Tabela 3 dos dois últimos anos (R\$ 160 mil e R\$ 178 mil) se referem

apenas à parte artesanal, portanto, a ornamentação como um todo, teve um custo muito maior para a municipalidade.

Outro atrativo cultural do carnaval de São João da Barra são as bandinhas¹⁴ de carnaval, formadas por músicos locais e que se apresentam nos dias de folia, tocando marchinhas reconhecidas nacionalmente e, em alguns poucos casos, marchas-rancho, consagradas pelos blocos Congos e Chinês, quando os mesmos ainda eram ranchos.

Contratação de bandinhas de carnaval (2005 a 2012)	
Ano	Valores
2005	R\$ 3.500,00
2006	R\$ 41.800,00
2007	R\$ 34.200,00
2008	R\$ 23.580,00
2009	R\$ 22.500,00
2010	R\$ 30.000,00
2011	R\$ 23.875,00
2012	R\$ 133.400,00
Total	R\$ 312.855,00

Tabela 4 – Contratação de bandinhas de carnaval de São João da Barra (2005 a 2012)
 Fonte: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer; Empresas terceirizadas;
 Elaboração própria.

A Tabela 4 nos traz um panorama interessante da ação pública de contratação de bandinhas de carnaval. Em 2005, tocou apenas uma bandinha de carnaval, a do Pica-Pau. A mais antiga bandinha de carnaval, a “Bandinha 2001” não tocou naquele ano, por desavenças políticas com a prefeita eleita. Com o decorrer dos anos, surgiram novas bandinhas de carnaval, em São João da Barra, e a própria Bandinha 2001 passou a fazer parte da conjuntura. Cabe ressaltar que estes valores são para diversos dias apresentados no carnaval e, no último ano da gestão, se apresentaram cinco bandinhas.

Estas quatro manifestações identificadas no carnaval como ações de cultura, nestes oito anos de investigação do objeto de estudo, tiveram investimentos de R\$ 4.175.955,00.

¹⁴ Em 2004, apenas a Bandinha 2001 se apresentava. No carnaval 2012, além dela, tocaram a Bandinha Pica-pau, a Bandinha São João, a Bandinha Sanbeleza e a Bandinha Suave Veneno.

Numa análise fora de contexto orçamentário, nos parece um alto valor investido, mas se faz necessário ponderarmos esta observação, a partir de uma conjuntura financeira geral.

Para obter as informações, precisamos recorrer a diversos departamentos da Prefeitura Municipal de São João da Barra, na Câmara Municipal de São João da Barra e também junto a empresários que me cederam planilhas para o comparativo com empenhos e publicações oficiais. Para conseguir detalhar os valores das subvenções, comparamos os Demonstrativos Financeiros da Prefeitura com os documentos das escolas de samba, além de matérias de jornal. No caso da ornamentação artesanal, buscamos, junto aos responsáveis pelos trabalhos, o valor pago pela municipalidade. Em se tratando das bandinhas de carnaval, recorremos às empresas responsáveis pelos pagamentos, já que estes não são efetuados diretamente aos artistas envolvidos. Finalmente, para conseguir as informações sobre o Concurso de Máscaras e Dominós, buscamos matérias de jornal, programação e planilhas com a organizadora do Concurso.

COMPARATIVO DA APLICAÇÃO DOS ROYALTIES DE PETRÓLEO NA CULTURA, CARNAVAL E AÇÕES CULTURAIS NO CARNAVAL							
ANO	LOA	LOA CULTURA (sem Educação)	GASTO EM CULTURA (sem Educação)	LOA TURISMO (sem Esporte e Lazer)	GASTO TURISMO (sem Esporte e Lazer)	GASTO CARNAVAL	AÇÕES CULTURAIS NO CARNAVAL
2005	R\$ 79.200.000,00	R\$ 364.744,00	R\$ 677.959,91	R\$ 1.727.062,00	R\$ 3.334.234,81	R\$ 1.273.690,00	R\$ 459.500,00
2006	R\$ 89.700.000,00	R\$ 1.472.227,38	R\$ 1.191.000,98	R\$ 3.913.498,00	R\$ 4.684.235,57	R\$ 1.442.540,00	R\$ 481.500,00
2007	R\$ 129.355.396,00	R\$ 3.543.727,00	R\$ 454.840,58	R\$ 6.720.845,00	R\$ 4.774.028,97	R\$ 1.472.108,00	R\$ 354.200,00
2008	R\$ 132.769.295,00	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	R\$ 1.541.177,64	R\$ 340.480,00
2009	R\$ 301.319.900,00	R\$ 2.696.786,00	R\$ 657.666,89	R\$ 18.090.071,00	R\$ 15.298.202,69	R\$ 1.688.227,24	R\$ 343.400,00
2010	R\$ 368.946.891,01	R\$ 1.769.000,00	R\$ 1.139.032,16	Não informado	Não informado	R\$ 2.176.008,97	R\$ 513.900,00
2011	R\$ 384.554.300,00	R\$ 1.604.500,00	R\$ 1.527.232,02	R\$ 9.434.017,00	R\$ 12.473.073,95	R\$ 2.253.665,78	R\$ 667.775,00
2012	R\$ 401.647.000,00	R\$ 4.419.500,00	R\$ 2.724.970,16	R\$ 23.116.500,00	R\$ 37.548.465,43	R\$ 3.197.587,40	R\$ 1.015.200,00

Quadro 2 – Comparativo da aplicação de royalties de petróleo na cultura, no carnaval e as ações culturais no carnaval
Fonte: TCE; Câmara Municipal de São João da Barra; Secretaria Municipal de Fazenda; Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Empresas Terceirizadas; Elaboração Própria.

O Quadro 2 traz um panorama orçamentário da Prefeitura Municipal de São João da Barra, de 2005 a 2012, e como a municipalidade trata a questão que envolve o carnaval. Procuramos separar, da pasta de Educação e Cultura – São João da Barra está inserido no percentual dos 72% dos municípios brasileiros em que a estrutura administrativa de cultura está em conjunto com outra secretaria (CALABRE, 2009) – apenas o que se tratava de descrições culturais, fazendo o mesmo com a pasta de Turismo, Esporte e Lazer, quando diferenciei o Turismo do restante dos setores.

Conforme podemos observar, em poucos casos a Lei Orçamentária Anual (LOA) disponibilizada para a Cultura ultrapassou 1%. Em 2007, chegou a 2,7%, com R\$

3.543.727,00 para os projetos culturais, mas o gasto real caiu para R\$ 454.840,58, sendo a verba provavelmente remanejada para outras secretarias. É preciso ressaltar que o arrecadamento em 2007 ficou aquém do previsto, com uma arrecadação cerca de 30% menor, o que correspondeu a cerca de R\$ 40 milhões. Mas também saliento que 87% foram retirados da verba de cultura, ou seja, mais de R\$ 3 milhões.

Em linhas gerais, o valor alocado para Cultura, em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), é muito baixo, sendo quase sempre inferior a 1% (FERREIRA; CAMPOS, 2012). Nos casos em que se ultrapassou este percentual, no direcionamento orçamentário para a cultura, se percebe que o gasto real sempre foi mais baixo, ou seja, houve remanejamento de recursos culturais para outras pastas governamentais. O chefe do executivo, no período analisado, trabalhou com a possibilidade de remanejamento de 50% da verba orçamentária.

A escassez de recursos é uma justificativa utilizada pelos municípios para alocarem uma pequena fração do orçamento público para a área cultural. Este argumento tem se mostrado recorrente, não apenas nas localidades com baixa capacidade orçamentária, mas também, em municípios com abundância de recursos públicos, decorrente de benefícios como *royalties* de petróleo. (FERREIRA; CAMPOS, 2012, p. 107)

Na outra ponta está a pasta de Turismo, com orçamentos estratosféricos, direcionados, em sua maioria, para eventos, tendo como pano de fundo shows ditos “nacionais”. Praticamente, todo o gasto do carnaval vem da secretaria de Turismo. Nesta análise orçamentária, visualizamos também que os gastos com o carnaval sempre foram maiores que a LOA de Cultura, ou o gasto real com a pasta cultural.

A questão é que o carnaval em si acompanhou o aumento da arrecadação do município que, ano a ano, teve um aumento de arrecadação, mas as ações culturais que pontuamos, existentes na festa, não receberam o mesmo olhar da gestão pública de cultura, inclusive com subvenções estagnadas, por diversos anos, aumento pífio, no Concurso de Máscaras e Dominós, a ornamentação artesanal sofrendo esvaziamento por um período, mas houve aumento do contingente de bandinhas de carnaval do município.

De acordo com o Quadro 3, o dinheiro gasto com shows nacionais nestes oito anos de estudo chega a quase 1,5 milhão de reais, enquanto o Concurso de Máscaras e Dominós, por exemplo, aumentou sua premiação de R\$ 8 mil (2005) para R\$ 12 mil (2012) e, ao que entendo, merecia uma maior valorização, tanto no campo financeiro quando de mídia, já que envolve capital social e espontaneidade das comunidades locais. O dinheiro total dispendido

pela secretaria de Turismo, nestes oito anos, ultrapassa os R\$ 78 milhões (sem contar com os anos de 2008 e 2010, que não conseguimos acessar).

Segundo Calabre (2009), outra concepção vigente é a de que a promoção de cultura significa a realização de ações voltadas para o entretenimento e o lazer, ou seja, “para ter uma política de cultura, basta que haja a realização de espetáculos e eventos”.

Ainda no referido quadro, percebemos uma proporcionalidade direta entre o aumento orçamentário (a arrecadação aumenta como vimos anteriormente) e o valor direcionado para o carnaval. Inversamente proporcional, estão as ações culturais do carnaval que, percentualmente, tiveram seus investimentos diminuídos, conforme a Tabela 5, a seguir.

Percentual de investimento em Ações Culturais no carnaval (2005 a 2012)			
Ano	Carnaval	Ações culturais no carnaval	Percentual
2005	R\$ 1.273.690,00	R\$ 459.500,00	36,08%
2006	R\$ 1.442.540,00	R\$ 481.500,00	33,38%
2007	R\$ 1.472.108,00	R\$ 354.200,00	24,06%
2008	R\$ 1.541.177,64	R\$ 340.480,00	22,09%
2009	R\$ 1.688.227,24	R\$ 343.400,00	20,34%
2010	R\$ 2.176.008,97	R\$ 513.900,00	23,62%
2011	R\$ 2.253.665,78	R\$ 667.775,00	29,63%
2012	R\$ 3.197.587,40	R\$ 1.015.200,00	31,75%

Tabela 5 – Percentual de investimentos em Ações Culturais no carnaval (2005 a 2012)

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Empresas terceirizadas; Elaboração Própria.

Parece-nos que quanto menos recursos de *royalties*, mais direcionamento para as ações culturais ou, quanto maior a arrecadação, menor a preocupação com a questão cultural, já que o evento, o entretenimento a partir de shows nacionais e trios elétricos, parece render mais frutos políticos. Em 2005, tivemos o menor gasto com o carnaval – dentre os anos analisados – e o maior percentual com as ações culturais da festa. Cultura é um campo da administração pública, como os outros, e requer planejamento, avaliação, integração das ações com as políticas propostas, como defende Calabre (2009).

Enfim, em nosso entendimento, a gestão pública deveria estar norteadada pelo planejamento, o diálogo com os canais envolvidos com a festa e uma política pública de cultura que favorecesse os atores locais no seu âmbito sociocultural. É preciso extinguir a

personificação cultural, com a aplicação de editais públicos de cultura, o que democratiza o acesso à verba pública.

O que observamos foram fragmentos culturais desalinhados e sem perspectiva, contemplados pela falta de densidade e comprometimento nas ações, o que pode ser encarado como proposital pelo poder público, já que, assim, consegue manter para si uma total dependência, mas podemos levantar também a hipótese de falta de qualificação para a tarefa. A questão agrava-se porque o município não segue os trâmites da Política Nacional de Cultura e, conseqüentemente, fica num patamar aquém do esperado para o desenvolvimento destas políticas sociais. Ressalto novamente que São João da Barra não possui um Sistema Municipal de Cultura, não tem uma Fundação Cultural e sequer um Fundo Municipal de Cultura.

REFERÊNCIAS

BOLETIM INFOROYALTIES. Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes/RJ. Disponível em: <www.inforoyalties.ucam-campos.br>. Acesso em: 18 out. 2014.

BRASIL. Decreto nº 2.705 de 3/8/1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2705.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7990.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CALABRE, L. Gestão cultural municipal na contemporaneidade. In: CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 81-91.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007. p. 87-107. (Coleção Cult).

CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel. (Org.). **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 57-67.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile**. 3.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EdUFRJ. 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural, o direito à cultura**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CEZAR, Lilian Sagio. Saberes contados, saberes guardados: a polissemia da congada de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 38, p. 187-212. jul./dez. 2012.

COSTA, Bruno. **Estudos sobre o fenômeno folkcomunicação do carnaval de São João da Barra**. 2011. 106 f. Monografia (Graduação) – Centro Universitário Fluminense – Uniflu, Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIÁRIO DA MANHÃ. São João da Barra/RJ, 25 de janeiro de 1910.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERREIRA, R. S.; CAMPOS, Mauro Macedo. Política Pública de Cultura: investimento insuficiente. **Extraprensa** (USP), Ano VI, n. 10, jun. 2012.

O LUCTADOR. São João da Barra/RJ, 31 de janeiro de 1918.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de mar. de 2015.

PARAHYBANO. São João da Barra/RJ, 07 de fevereiro de 1868.

PINTO, João Oscar do Amaral. **Apontamentos para a história de São João da Barra**. Teresópolis: Mini Gráfica Editora, 1977.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007. p. 11-36. (Coleção Cult).

TRIBUNA SANJOANENSE. São João da Barra/RJ, 1980.